

ATOS GOLPISTAS

Julgamento decidirá se Bolsonaro vira réu

Primeira Turma do STF analisará, no próximo dia 25, se abre ação penal contra o ex-presidente e mais sete denunciados por tentativa de derrubar a democracia

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) avançou na análise da denúncia por tentativa de golpe de Estado, apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O ministro Cristiano Zanin marcou para 25 de março o julgamento da ação na Primeira Turma da Corte contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete implicados na trama. Horas antes, o ministro Alexandre de Moraes havia liberado o processo e solicitado que o magistrado — presidente do colegiado — definisse uma data para a avaliação.

Zanin designou três sessões para a apreciação da denúncia contra o chamado núcleo 1 de acusados: duas para 25 de março, às 9h30 e às 14h, e a terceira, para 26, às 9h30.

Além de Bolsonaro, investigado como líder do grupo, serão julgados os ex-ministros Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Anderson Torres; o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ); o ex-comandante da Marinha Almir Garnier; e o tenente-coronel Mauro Cid.

A denúncia foi dividida em cinco partes. Caso seja aceita, Bolsonaro e aliados passarão a réus pela trama golpista.

Relator, Moraes liberou a denúncia para análise após a **PGR reiterar** à Suprema Corte que Bolsonaro e os outros investigados devem virar réus por envolvimento em uma tentativa de golpe de Estado.

A expectativa é de que a Primeira Turma aceite, por unanimidade, tornar réus os oito denunciados. O colegiado é composto por Zanin, Moraes, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Flávio Dino.

Luiz Nova



Bolsonaro foi denunciado como líder de organização formada para dar um golpe de Estado

Pedido negado

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, rejeitou o pedido para transferir o julgamento do caso para a 1ª instância e decidiu mantê-lo no STF. Ele seguiu o novo entendimento da Corte, estabelecido nesta semana, sobre manter no Supremo a análise de crimes que envolvem acusados com foro privilegiado.

Os ministros Nunes Marques e André Mendonça, indicados pelo ex-presidente, ficarão fora do julgamento, pois pertencem à Segunda Turma, assim como Gilmar Mendes, Edson Fachin e Dias Toffi. Segundo as regras da Corte, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, também não poderá participar, pois não integra nenhum dos colegiados menores e só pode votar nas ações em plenário.

A PGR denunciou, no mês passado, Bolsonaro e outras 33 pessoas por estimularem e realizarem atos contra os Três Poderes e contra o Estado Democrático de Direito. Segundo o órgão, o ex-chefe do Planalto tinha ciência e participação ativa em uma trama

golpista para se manter no poder e impedir a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

A denúncia destaca um plano de assassinato contra autoridades e o apoio aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 como a última cartada do grupo criminoso.

Os envolvidos são acusados de organização criminosa, tentativa de golpe de Estado, dano ao patrimônio público e abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

As investigações foram baseadas na delação de Mauro Cid, em documentos, testemunhos e registros digitais coletados pela Polícia Federal e analisados pela PGR.

Brechas em regras para emendas

» ISRAEL MEDEIROS

O Congresso aprovou ontem um Projeto de Resolução que estabelece novas regras de transparência e rastreabilidade para emendas parlamentares. O texto é fruto do acordo costurado entre o governo Lula, o Legislativo e o Judiciário. Em teoria, o objetivo seria cumprir as regras de transparência exigidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas o texto ainda permite burlar a obrigatoriedade de identificar autores das emendas. Sob protestos do Novo e do PSol, que trabalharam juntos para evitar a votação do texto, o PRN 1 de 2025 foi aprovado com 361 votos favoráveis na Câmara e 64, no Senado.

Deputados do Novo e do PSol apresentaram diversas questões de ordem (quando um parlamentar argumenta que o regimento está sendo descumprido) para tentar barrar a votação. O principal ponto de discussão foi a brecha deixada pelo texto para que os líderes partidários possam usar as comissões para indicar os recursos, sem identificar o parlamentar que solicitou o envio do recurso.

Outro problema é na identificação dos autores das emendas. Da forma como foi aprovado, o texto permite que os líderes partidários sejam identificados como autores, mesmo que outros parlamentares tenham idealizado as emendas.

“Isto aqui, para mim, é uma afronta à inteligência de qualquer pessoa, é chamar todo mundo de laranja, de otário, porque não resolve nada. E se existe um acordo com o Supremo para votar isso, eu queria entender, e faço aqui um apelo aos ministros do Supremo: se isso aqui está atendendo vocês, eu estou

Roque de Sá/Agência Senado



Congresso aprovou projeto que regulamenta a execução das emendas

seriamente preocupada. Isso aqui não é justo, não é transparente”, disse a deputada Adriana Ventura (Novo-SP), enquanto segurava uma cópia do texto substitutivo apresentado pelo relator Eduardo Gomes (MDB-PI). “Está institucionalizando rachadinha de bancada estadual, esquema de líder partidário, que não está na nossa Constituição.”

Orçamento secreto

Já a deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP) criticou o que chamou de continuidade do orçamento secreto — esquema que começou no governo de Jair Bolsonaro (PL) e garantiu a governabilidade no Congresso com o envio de bilhões em emendas com pouca ou nenhuma transparência. O mecanismo foi extinto em 2022 pelo STF, mas as manobras foram incorporadas às emendas de comissão.

Entidades em prol da transparência no setor público também criticaram o texto. Segundo

o Transparência Brasil, a proposta “ignora o ponto central das determinações feitas até o momento pelo STF” e “insiste em institucionalizar a prática característica do orçamento secreto em suas diversas versões históricas”. “As emendas de comissão e de bancada continuarão a seguir em uma lógica na qual se desconhece o parlamentar patrocinador”, afirma a entidade, em nota.

O governo é um dos principais interessados em resolver o assunto e desbloquear as emendas. Só assim conseguirá apoio para aprovar as medidas que podem garantir a reeleição de Lula em 2026. Na discussão do texto, o líder do governo no Congresso, senador Rolf de Godoy (PT-AP), disse que a proposta deveria ser “celebrada pelo conjunto do Congresso”. “Estamos votando o resultado de um amplo diálogo. Essa resolução é para cumprir todos os encaminhamentos e exigências que o Supremo Tribunal Federal aqui fazia”, sustentou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Historiador analisa trajetória dos partidos em 40 anos de democracia

O livro *A Construção da Democracia no Brasil, 1985-2025: mudanças, metamorfoses, transformismos* (Annablume/Fundação Astrojildo Pereira), do historiador Alberto Aggio, será lançado hoje, às 19h, na Osteria Vicenza, no Complexo Brasil XXI, em Brasília. Trata-se de uma síntese sobre o processo político brasileiro, que busca uma explicação para o atual momento em que estamos vivendo, no qual o autor registra uma situação de mal-estar e desorientação da sociedade em relação à política, no contexto de grandes mudanças globais.

Aggio é doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), livre-docente e titular pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Também tem pós-doutorado pela Universidade de Valencia, na Espanha, e pela Universidade Roma Tre, na Itália. “É reconhecível, quase que consensualmente, que há uma crise de legitimação democrática, que se vem impondo às democracias”, constata. O historiador analisa a trajetória dos principais partidos, entre os quais o PSDB e o PT, ao longo desses 40 anos.

Nesse período, houve um gradativo e persistente arrefecimento da formulação programática dos partidos políticos, o enfraquecimento das estruturas de representação e a falta de consenso democrático, que se refletem hoje na ausência de um projeto de nação. O autor adota uma perspectiva muito crítica em relação ao transformismo dos partidos políticos, sem cair na negação de que houve um avanço democrático. Avalia que é possível preservar as instituições democráticas e avançar na superação de suas principais contradições, apesar dos riscos de retrocesso.

“Apesar da diminuição da extrema pobreza, o país não conseguiu resolver o problema da desigualdade social e racial dentro de parâmetros aceitáveis. Não há como não reconhecer que isso afeta a convicção de que a democracia pode mudar a vida para melhor”, observa o autor. Ele examina o processo de transição da democracia a partir das eleições de 1974 até a eleição de Tancredo Neves; a partir daí, o que ocorreu durante os governos de José Sarney, Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, além da encruzilhada em que o país se encontra após dois anos do terceiro mandato de Lula.

De formação gramsciana, o autor analisa o processo de modernização do Brasil na chave da “revolução passiva” e do “americanismo”, que se mantiveram após a redemocratização, numa perspectiva de maior protagonismo da sociedade, porém ameaçado pelo transformismo dos partidos políticos. Essa modernização ocorreu de forma avassaladora, principalmente durante o regime militar, e alterou a morfologia da sociedade brasileira, porém resultou em 40 anos de democracia exitosa, apesar dos grandes deficits políticos e sociais.

OS PARTIDOS POLÍTICOS, ORGANISMOS CENTRAIS DA VIDA DEMOCRÁTICA, SÃO INCAPAZES DE SE ABRIREM PARA A DINÂMICA DE TRANSFORMAÇÕES QUE OCORREM NA VIDA SOCIAL E ECONÔMICA

Riscos de retrocesso

Segundo Aggio, a democracia brasileira se consolidou institucionalmente, tanto que conseguiu suportar os traumas da realização de dois processos de impeachment, porém correu sério risco, a partir de 2018, com a chegada da extrema-direita ao poder. Entretanto, os órgãos de controle institucionais conseguiram barrar as iniciativas de erosão democrática colocadas em marcha durante o governo de Jair Bolsonaro, impedindo que sua “guerra de movimento” contra as instituições políticas prosperasse.

Para Aggio, a fortaleza institucional da democracia contrasta com a fragilidade da forma como a sociedade vivencia e participa da política. Os partidos políticos, organismos centrais da vida democrática, são incapazes de se abrir para a dinâmica de transformações que ocorrem na vida social e econômica, porque “se oligarquizaram e se enrijeceram”.

As estruturas voltadas para o enriquecimento de suas lideranças provocaram sentimentos de rejeição da sociedade aos partidos e a perda de confiança na política como instrumento de resolução dos problemas. Mas, por outro lado, avanços institucionais importantes, entre os quais o processo eleitoral, transformaram o Brasil numa democracia de massas.

Apesar disso, Aggio aponta que “o sistema político presidencialista, com seu hibridismo característico, no qual o Executivo é eleito majoritariamente e o Parlamento, proporcionalmente, não tem permitido e tampouco impulsionado reformas políticas significativas no campo da representação, o que afeta a qualidade da democracia.”

Para o historiador, o êxito da construção democrática e o mal-estar diante da dificuldade de legitimação das instituições políticas parecem compor, paradoxalmente, duas faces de uma mesma moeda. “Em razão disso, acaba predominando a desconfiança em relação às instituições políticas que dão sustentáculo à democracia. Mesmo assim, apesar das imperfeições e ineficiências, essas instituições políticas têm sido um fator real de sobrevivência da democracia no Brasil”, avalia.